

PROJETO DE LEI

“DECLARA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DO MUNICÍPIO DE CUIABÁ A CADEIRA DE URUBAMBA E O SEU MODO DE FAZER”.

O **Prefeito Municipal de Cuiabá-MT**: Faço saber que a Câmara Municipal de Cuiabá/MT aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º - Fica declarada como Patrimônio Cultural Imaterial do Município de Cuiabá a cadeira de urubamba e o seu modo de fazer, confeccionada a partir das fibras da palmeira de urubamba, e tradicionalmente utilizada nas cidades do estado de Mato Grosso

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O presente projeto visa garantir a perpetuação da história e do uso da cadeira de balanço confeccionado com a fibra da palmeira de urubamba, muito utilizada na região do vale do rio Cuiabá na manufatura de jacás, cestos e cadeiras.

“Na compreensão do saber-fazer a cadeira de balanço e o processo de feitura deste objeto de uso cotidiano dos mato-grossenses (da matéria prima ao produto final), seu uso e valor cultural na perspectiva de desvelar este objeto como Identidade e Patrimônio Cultural de Mato Grosso, em diálogo com o Ensino e com a Educação escolar vislumbrando a possibilidade de potencializar a entrada deste saber na formação integral do discente. A base epistemológica residuiu na Cultura e Arte Popular (Carlos Rodrigues Brandão), Educação Popular (Paulo Freire) e Identidade Cultural (Stuart Hall). O quadro metodológico foi tratado dentro do método Qualitativo, cuja moldura é a junção das Pesquisas do tipo Exploratória e Etnográfica tendo como base Augusto Nivaldo Silva Triviñus e Clifford Geertz. Para tanto, realizou-se um vasculhar em todo documento científico e não científico no intuito de seguir as pegadas deixadas tanto pela feitura como pelo aspecto cultural. O trabalho de campo deu-se através da observação (direta) com anotações em diário de campo (manuscrito) e entrevistas semiestruturadas (conversas informais). Foram usados como forma de registro exploratório/etnográfico a fotografia, o vídeo e a gravação em áudio. Os sujeitos de pesquisa (participantes) foram os fazedores que dominam o processo da feitura das referidas cadeiras. Assim, certificou-se que este estudo, pelo seu aspecto cultural, contribui com o Patrimônio Cultural do mato-grossense, com pesquisas em diversas áreas, bem como com estudos que visem o ensino aprendizagem escolar, em uma prática dialógica dos saberes popular e formal”.

Observa-se que a propositura da presente lei, se insere no objetivo perseguido no Plano Municipal de Cultura de Cuiabá, instituído pela Lei nº 7.105/2024, cuja observância do que se propõe está expressamente inserido no rol do art. 2º e 3º, da lei municipal mencionada.

A proposta do presente Projeto de Lei está inserida na competência legislativa dos municípios contidos do art. 23, inciso V, da CF/88. Vejamos:



“Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

(...)

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação; [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015\)](#)
(...). (G.n).

A Constituição Federal, em seus artigos 215 e 216, estabelece o dever do Estado em garantir o acesso às fontes da cultura nacional e promover a proteção do patrimônio cultural brasileiro. A competência é comum a todos os entes federativos (art. 23 da CF), cabendo ao Município legislar sobre a proteção de bens culturais de interesse local (art. 30, I e II, da CF).

A mesma possibilidade se observa na Constituição do Estado de Mato Grosso, como dever prioritário do município, em seu art. 174, inciso III. *In verbis*:

“Art. 174 - Na gerência dos interesses da população, o Município deverá observar os seguintes objetivos prioritários:

(...)

III - estimular e difundir o ensino e a cultura, bem como proteger o patrimônio cultural e o meio ambiente;

(...). (G.n).

Por sua vez, a Lei Orgânica do Município de Cuiabá, prevê, no art. 5º, inciso V, que:

“Art. 5º- Ao município de Cuiabá cabe, sem prejuízo da competência da União e do Estado, observando normas de cooperação estabelecidas por lei complementar federal:

(...);

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência e à pesquisa;

(...). (G.n).

A presente lei se insere na competência legislativa destinadas aos municípios, porquanto trata de interesses locais, conforme permite a Constituição da República Federativa do Brasil de 1.988, em seu artigo 30, inciso I, que define:

“Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local”.

Ademais, do teor do texto legislativo apresentado, não se vê qualquer criação de cargos, funções ou empregos públicos, não altera a estrutura administrativa, nem gera impacto orçamentário que possa atrair a competência do Poder Executivo, nos ditames do artigo 27, da Lei Orgânica Municipal.

Esperamos contar com o apoio dos eminentes pares desta Casa de Leis, ficamos no aguardo do trâmite legal e após, seja submetido ao Plenário das Deliberações para sua aprovação.

Palácio Paschoal Moreira Cabral, Sala das Sessões em, 17 de março de 2026



Maria Avalone - PSDB

Vereador(a)



Autenticar documento em <https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade>
com o identificador 30003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-
2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

